

Sumário

Introdução – A reforma tributária, a DEFESA DO MEIO AMBIENTE como um dos PRINCÍPIOS GERAIS do SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL e os IMPOSTOS DO PECADO	1
1. A tutela jurídica da saúde em face do direito constitucional brasileiro: saúde ambiental e meio ambiente do trabalho	27
1.1. Natureza Jurídica da saúde como bem ambiental e seus reflexos no sistema normativo constitucional.....	31
1.2. A saúde como direito constitucional integrante do piso vital mínimo (Art.6º da CF) e seu enquadramento no âmbito do conceito plural de meio ambiente acolhido pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 3540).....	39
1.3. A saúde ambiental conectada à cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente: os princípios constitucionais do direito ambiental	41
2. A tutela jurídica do meio ambiente em face do direito constitucional brasileiro: a definição legal infraconstitucional de meio ambiente e a ADI 3540	43
2.1. Classificação do meio ambiente no âmbito do direito constitucional brasileiro: os quatro significativos aspectos que já indicávamos desde a 1ª edição de nosso Curso de Direito Ambiental Brasileiro (2000) acolhidos e ratificados posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal.....	46
2.1.1. Meio ambiente natural	51
2.1.2. Meio ambiente artificial.....	53
2.1.3. Meio ambiente cultural.....	54
2.1.3.1 Meio ambiente digital	55

2.1.4. Meio ambiente do trabalho/saúde ambiental	56
2.1.5. O patrimônio genético	59
2.1.5.1.O patrimônio genético (art. 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.....	59
2.1.5.2. O patrimônio genético da pessoa humana (arts. 5º e 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal: a tutela jurídica do ADN e do ARN	60
2.2. A reforma tributária (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, de 20 de dezembro de 2023 publicada no DOU 21.12.2023) estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal) em proveito da dignidade da pessoa humana (Art.1º, III da CF) e visando erradicar a pobreza(Art.3º,III) : as alterações na legislação tributária buscando atenuar efeitos regressivos e os impostos do pecado(Art.145, § 4º)	61
2.2.1 A reforma tributária estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal): o PRINCÍPIO da LEGALIDADE vinculado ao PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	74
2.2.2 A reforma tributária estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal): o PRINCÍPIO do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	82
2.2.3 A reforma tributária estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal): o PRINCÍPIO do POLUIDOR-PAGADOR.....	102

2.2.4 A reforma tributária estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal): o PRINCÍPIO da PREVENÇÃO	107
2.2.4.1. PREVENÇÃO ou PRECAUÇÃO? O art. 225 da Constituição Federal e o dever de assegurar a defesa do meio ambiente com fundamento na dignidade da pessoa humana (Art.1º, III da CF) assim como nos valores Sociais do trabalho e da livre iniciativa (Art.1º, IV da CF) ...	117
2.2.4.2. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor: o Supremo Tribunal Federal e o RE 627.189.....	121
2.2.4.3 Atividades de produção de bens e serviços com o uso de recursos ambientais em face do denominado princípio da precaução: incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos e exigências atribuídas ao Estado	125
2.2.4.4 O princípio da precaução e o novo conteúdo exigível no EPIA (art.225, § 1º, IV, da CF) para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente	127
2.2.5 A reforma tributária estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal): o PRINCÍPIO da PARTICIPAÇÃO	127

2.2.6 A reforma tributária estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal): o PRINCÍPIO da UBIQUIDADE e a DIGNIDADE da PESSOA HUMANA	129
2.2.7 A reforma tributária estabelecendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas do Sistema Tributário Nacional vinculada ao princípio da defesa do meio ambiente (Art.145, § 3º da Constituição Federal): o PRINCÍPIO da SOBERANIA	131
3. O tributo no plano constitucional, os bens essenciais à sadia qualidade de vida (BENS AMBIENTAIS) e a seletividade tributária em proveito da dignidade da pessoa humana: o Direito Ambiental Tributário.....	145
4. A seletividade tributária e sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal: o Recurso Extraordinário 714.319	157
5. Os impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente no Brasil: impostos sobre o pecado ou impostos de saúde?	163
5.1. Os impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente no Brasil: os combustíveis fósseis e as mudanças climáticas	417
5.2. Os impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente no Brasil: emissões de metano provenientes da fermentação entérica da pecuária e a questão da produção de alimentos em face da emissão de dióxido de carbono	233
Bibliografia/Referências.....	243